

As noções de textos, discursos e narrativas nas pesquisas nos/dos/com os cotidianos: polissemia, relações de poder e interdiscursividade

Inês Barbosa de Oliveira^{*}
Alexandra Garcia^{**}

*Como encadernação vistosa feita para iletrados,
a mulher se enfeita, mas ela é um livro místico e somente
a alguns, a quem tal graça se consente, é dado lê-las.*

Ler mulheres, como pretendeu Augusto de Campos, ler o mundo, como dizia Paulo Freire (Freire, 1968), ler textos como pretenderam muitos, ler indícios como pretendeu Ginzburg (1989), ler, ler... O mundo é um imenso texto, escrito em muitas línguas, passível de muitas leituras. Como em Babel, essa multiplicidade de textos e de leituras possíveis – hipótese que defendo neste trabalho – faz com que muitos dos debates em que nos engajamos girem mais em torno da possibilidade de constituição de um campo de inteligibilidade entre os interlocutores do que, propriamente, em torno das ideias dos textos (in)compreendidos de uns e outros.

Para os objetivos deste texto, precisamos refletir sobre modos de pensar a ideia de texto em articulação com as noções de narrativa e de discurso, em relação à importância que têm para as nossas pesquisas. Nesse sentido, buscamos uma primeira possibilidade de aprofundamento da discussão em Canevacci (1999), quando este dialoga com o conceito de texto a partir de Bakhtin, para apresentar a ideia da polifonia como “medium”. De acordo com este autor,

a polifonia como *medium* nasce desta virada da nova antropologia, que identifica na crítica literária e em particular nas literaturas comparadas (que colocam em tensão dialógica formas narrativas escritas e orais, ocidentais e étnicas) novos instrumentos formidáveis de renovação. Mikhail Bakhtin (...) [propõe que] (...) Polifonia significa, logo, afirmar uma nova ordem do discurso: não mais totalizado e centrado, mas – por assim dizer – desordenado e descentrado, sem genealogias, errante entre as mais variadas subjetividades. A polifonia favorece a emergência do conceito de texto: um ritual torna-se um texto etnográfico a ser interpretado, como a fachada de um edifício, o movimento de uma parte da metrópole, o estilo de uma subcultura juvenil, a focalização do último filme sobre Los Angeles. (Canevacci, 1999, p. 128-129)

^{*} Professora adjunta da Faculdade de Educação e do Proped, UERJ. Coordenadora do grupo de pesquisa “Redes de conhecimentos e práticas emancipatórias no cotidiano escolar”.

^{**} Doutoranda em Educação no Proped/UERJ, bolsista CAPES, membro do grupo de pesquisa “Redes de conhecimentos e práticas emancipatórias no cotidiano escolar”.

Temos neste fragmento uma articulação entre os conceitos que queremos discutir, em relação com a noção de polifonia que, associada a um seu possível corolário, a polissemia, vem sendo central em nossas pesquisas e no entendimento que temos a respeito das narrativas, dos textos e dos discursos, bem como dos embates acadêmicos de que vimos participando. Partimos da ideia de que o mundo, os textos, as práticas sociais e educativas são sempre polifônicas/polissêmicas, ou seja, podem ser compreendidas de muitas maneiras, dependendo das referências, das ideias, das crenças e dos objetivos que tenhamos. Em Von Foerster (1996) encontramos argumentos decisivos quanto à inexpugnável polissemia das palavras e textos, com base em argumentos linguísticos pelos quais o autor esclarece que a linguagem, ao contrário do que pensamos, é conotativa e não denotativa.

Em Derrida (s.d.), e em sua noção de *différance*, encontramos outro excelente suporte para aquilo que defendemos em relação ao caráter polifônico/polissêmico não só das palavras, mas também do mundo social e dos conhecimentos que sobre ele podemos produzir, bem como das ideias de provisoriedade/transitoriedade/pluralidade desses conhecimentos que habita nossos trabalhos e pesquisas. Partindo de uma noção só compreensível por meio da leitura – visto que só pela grafia a palavra *différance*, inventada pelo autor, se diferencia de *différence*, que significa diferença – o filósofo defende, por meio de um jogo de palavras de difícil explicitação em outra língua que não a francesa, que a diferenciação entre os muitos significados de uma mesma palavra pode ser associada a um permanente deslocamento / adiamento¹ dos seus sentidos possíveis. Assim, enquanto as palavras “viajam” no tempo e no espaço – e porque não pensar que existem, também, “viagens” entre culturas, conhecimentos e formas de compreender o mundo – elas vão sofrendo transformações que impedem, a quem quer que seja, estabelecer de modo definitivo um significado privilegiado em relação a outros possíveis,² tornando-o sempre inaprisionável.

Esse permanente deslocamento e a impossível fixação de um significado privilegiado das palavras, evidência da polissemia intrínseca a tudo aquilo que

¹ Adiar em francês é *différer*, o mesmo verbo que em português significa diferir, ou seja, ser diferente de. Assim, aproveitando-se do duplo sentido do verbo, Derrida estabelece parte das bases de sua filosofia da linguagem, segundo a qual o permanente adiamento/deslocamento dos sentidos atribuídos às palavras os tornam inaprisionáveis, infixáveis.

² Impossível aqui não relacionar essa ideia ao princípio da incerteza, de Heisenberg, que se refere ao impossível estabelecimento simultâneo do momento e da localização de partículas. Em Derrida, a incerteza quanto ao significado deve-se ao seu permanente deslocamento, o que o torna inaprisionável, também.

falamos/escrevemos, é um dos motivos porque acreditamos ser impossível “descrever” o que quer que seja. Isso porque as supostas neutralidade e objetividade sobre as quais se apoia a ideia da descrição ou do ato de descrever soam impossíveis, quando sabemos que nem as palavras são neutras e objetivas, assumindo significados diferenciados de acordo com as circunstâncias, objetivos e modos de expressão de quem as profere, deslocando-se permanentemente.

Certeau (1994) defende a ideia de que a narrativa não tem, como a descrição, o objetivo de se aproximar da realidade, mas o de criar um espaço de ficção. Nesse sentido, vamos entender que não existem descrições, só narrativas, e que estas obedecem a uma série de regras que impedem a aceitação imediata de sua “veracidade” ao mesmo tempo que, contraditoriamente, nos colocam diante do fato de que esta é a única “veracidade” possível. Certeau se pergunta, na sequência de seu raciocínio, sobre a necessidade de reconhecimento científico da narrativa, entendendo-a não como resíduo do discurso, mas como elemento necessário, como uma variante do discurso que sabe e não como o seu outro, atribuindo-lhe uma função necessária na perspectiva da indissociabilidade entre uma teoria do relato e uma teoria das práticas. Conclui o autor com a ideia de que os discursos produzem efeitos, não objetos.

No entanto, nos processos sociais que dão vida às negociações de sentidos dos discursos e interlocuções, a prevalência de determinados discursos e entendimentos sobre outros deriva não da aceitação da circularidade entre as culturas (Ginzburg, 1987) ou da consciência da polissemia do mundo, mas do poder exercido por determinadas convicções e leituras sobre outras, pelos produtores de determinados discursos sobre outros, pelos detentores do poder de confirmar a validade/veracidade dos diferentes discursos. Foucault (2009) e a noção de “vontade de verdade” tornam-se necessários aqui. Para ele,

em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (p. 8-9)

Aponta os campos da sexualidade e da política como os principais objetos tabus, excluídos dos discursos possíveis na nossa sociedade, denunciando essas interdições como reveladoras da ligação dos discursos com o desejo de poder. Ou seja, a impossível neutralidade ganha, a partir do pensamento foucaultiano, uma outra dimensão, a de intencionalidade de, por meio dos discursos, exercer poder. Para assegurar esse

exercício, as sociedades se servem, ainda segundo o autor, de sistemas de exclusão, seja pela interdição, pela rejeição ou pela vontade de verdade que

Como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas (...). Mas ela é também, reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. (p. 17)

Assim, apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, essa vontade de verdade tende a possuir certo poder de coerção. Determinados discursos são tomados por verdades porque conseguem exercer, tanto sobre aqueles que se lhes opõem quanto sobre aqueles que os aceitam, sua vontade de verdade, mascarando a o fato de que a verdade se estrutura enquanto prática discursiva e não como fato em si.

Interessa-nos assinalar que as relações de desigualdade entre os discursos são uma fórmula conhecida das nossas sociedades e associável aos epistemicídios denunciados por Santos (1995). Por meio de certos mecanismos produz-se o *aniquilamento ou subalternização, subordinação, marginalização e ilegalização de práticas e grupos sociais portadores de formas de conhecimento "estranhos", porque sustentadas por práticas sociais ameaçadoras*. (Oliveira, 2006) O autor denuncia como consequência desse processo *um empobrecimento irreversível do horizonte e das possibilidades de conhecimento* (1995, p. 329), confirmando a necessidade de incorporarmos aos debates acadêmicos formas diferenciadas de conhecer e de abordar o mundo, para além dos “regimes de verdade” oficiais.

Cabe aqui trazer outra importante contribuição de Boaventura de Sousa Santos (2004) para este diálogo. A noção de hermenêutica diatópica e a teoria da tradução. Para os interesses deste texto, a noção ajuda a pensar o campo de uma possível construção de inteligibilidade discursiva, ou seja, a busca de compreensão dos diferentes significados que os diferentes falantes e produtores de discursos atribuem aos conceitos e noções de que lançam mão na produção dos seus conhecimentos e discursos, por meio da transformação de topoi em argumentos, enfrentando dificuldades que lhe são inerentes – como a ambição de voltar as práticas de tradução para interesses “imperialistas” – para pensar a possibilidade efetiva da tradução, considerando a indelével e inevitável polissemia das palavras.

A noção de cegueira epistemológica (Oliveira, 2007), com a qual venho trabalhando, ajuda a tratar das dificuldades inerentes aos processos comunicativos e das reações que comumente observamos e temos perante o inusitado, o incompreensível o

inenarrável, – algumas dessas epistemicidas, quando possuem meios e desejam negar a existência desses seus outros. Desenvolvemos, segundo esta noção, em virtude da parcialidade de nossa visão desenvolvida no seio de uma cultura também sempre parcial, e de experiências singulares, uma incapacidade de compreensão em relação a determinadas classificações, determinadas formas de compreender o mundo, determinadas formas de organização social, determinados valores morais, entre tantas outras coisas que nos causam espanto e nos imobilizam a capacidade de raciocinar “friamente”, levando-nos ao riso, ao medo, à rejeição, ou a outras reações que evidenciam as incompatibilidades percebidas e que levam à ininteligibilidade mútua entre os diferentes sistemas.

Quando Ginzburg (op. cit.) discute as observações e depoimentos de Menocchio, propõe ser possível compreender as leituras que o moleiro faz dos textos eruditos por meio do recurso à noção de circularidade entre as culturas, enunciada por Bakhtin, segundo a qual existe uma influência recíproca entre a cultura das classes subalternas e a cultura dominante, colocando em questão os modos pelos quais elementos das culturas dominantes passam a integrar as culturas subalternas. Seriam essas leituras frutos, de fato, de deformação da fonte, ou podemos entendê-los como frutos de aculturação deliberada, ou, ainda, de uma convergência espontânea?

Associando o que dizíamos anteriormente com essa noção, entendo que, tal como o moleiro retratado por Ginzburg, nos debates proporcionados pela fórmula que assumimos para os trabalhos encomendados nos últimos anos neste GT, vimos estabelecendo, produtivamente, diálogos com os textos/discursos/narrativas “estranhos” à nossa cultura/episteme, entre as compreensões dos diferentes grupos de pesquisa, traduzindo-as a partir das redes de conhecimentos e inserções sociais que tecemos e vivenciamos. Por meio dessa relação de circularidade, produzimos novos discursos, nos quais nossos conhecimentos se mesclam àquilo que aprendemos na discussão, levando-nos à produção de outros discursos, não necessariamente conformes à intencionalidade ou aos registros e significados atribuídos pelos produtores dos discursos com os quais debatemos, mas também já não mais conformes estritamente ao que pensávamos e sabíamos anteriormente.

Tal como nas nossas pesquisas, o que podemos depreender a partir deste texto é que, embora estejamos irremediavelmente limitados pela polissemia/polifonia dos discursos/narrativas/textos, a ininteligibilidade intrínseca aos processos de comunicação não impede sua efetivação. Resta criar novos campos de inteligibilidade possível.

Existem terrenos de diálogo e de negociação, de busca do impossível entendimento, dentro dos quais podemos aprender a produzir melhores argumentos, mais conhecimentos e interações, ampliando, com isso, não só a inteligibilidade dos discursos/textos que produzimos, mas também – parafraseando Santos – a interdiscursividade, ou seja, a relação “ecológica”, de autoridade partilhada, entre diferentes discursos.

Referências bibliográficas

- CANEVACCI, Massimo. Diversidade nômade e a mutação cultural. In TRINDADE, Azoilda L.; SANTOS, Rafael. *Multiculturalismo: mil e uma faces da escola*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p. 115-138.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano 1: artes de fazer*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2009.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1968 .
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo, Cia das Letras, 1987.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- OLIVEIRA, Inês B. *Boaventura e a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- OLIVEIRA, Inês B. Aprendendo nos/dos/com os cotidianos a ver/ler/ouvir/sentir o mundo. Dossiê Cotidiano Escolar: *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 28, n. 98, p. 47-72, 2007.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez 2004, p. 777-823.
- VON FOERSTER, Heinz. Visão e conhecimento: disfunções de segunda ordem. In SCHNITMAN, Dora Friedman (org.) *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 59-74.